

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1415492 - GO  
(2018/0252850-1)**

**RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE : BLOCO DE QUALQUER JEITO EVENTOS E  
PRODUCOES LTDA**  
**ADVOGADOS : PIERRE TRAMONTINI E OUTRO(S) - DF016231  
LEANDRO DA CRUZ SILVÉRIO - DF028620  
JESSICA MEIRELES BARCELOS - DF046496**  
**AGRAVADO : OROZINO GOMES DE MELO**  
**ADVOGADOS : FRANCISCO DAS CHAGAS SOARES ARAUJO -  
DF024946  
MANOELA ZAMITH DE ANDRADE - GO027797**  
**INTERES. : CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D**  
**ADVOGADOS : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO E OUTRO(S) -  
GO051175  
JOEL COSTA DE SOUZA - GO051177A  
CLAUDIO JORGE MACHADO - GO051176  
LETÍCIA RODRIGUES ROCHA - GO039774**

## EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TRIO ELÉTRICO. ACIDENTE. ROMPIMENTO DE FIAÇÃO. MURO COM QUADRO DE ELETRICIDADE. DERRUBADA. TRANSEUNTE. DANOS FÍSICOS. EMPRESA DE EVENTOS E CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. SÚMULA Nº 7/STJ. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. No caso, desconstituir as premissas estabelecidas pelo tribunal local - (i) a empresa organizadora é responsável pelo dano diante de seu dever de vistoriar o percurso a ser realizado pelo trio elétrico e (ii) a concessionária de energia elétrica, diante de sua omissão e negligência, foi condenada solidariamente - demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, procedimento vedado pelo teor da Súmula nº 7/STJ.
3. A matéria constante do art. 12, § 3º, do CDC não guarda pertinência com a discussão dos presentes autos. Incidência da Súmula nº 284/STF. Precedentes.
4. Agravo interno não provido.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva  
Relator

